



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

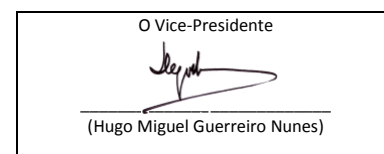
CONCURSO PÚBLICO

CONTRATAÇÃO DA AQUISIÇÃO DE MANUAIS ESCOLARES – ANO LETIVO 2017/2018

Caderno de Encargos



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento



PARTE I - CLÁUSULAS GERAIS

ARTIGO 1º

OBJETO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a contratação da aquisição de manuais escolares para o ano letivo 2017/2018, conforme se descreve pormenorizadamente na parte II do presente Caderno de Encargos.

Proceder-se-á à adjudicação por lote, pelo que é permitida a apresentação de propostas por lote, de acordo com o a seguir discriminado:

Lote 1

Lote 2

Lote 3

ARTIGO 2º

CONTRATO

1- O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, celebrando-se por escrito.

2- O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) O suprimento dos erros e das omissões do presente Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar ou pelo órgão a quem esta competência tenha sido delegada;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

3- Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4- Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

ARTIGO 3º**OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega do bem identificado na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia do bem;

ARTIGO 4º**ENTREGA DO BEM OBJETO DO CONTRATO**

1- A entrega dos bens será efetuada nos estabelecimentos de ensino a indicar oportunamente pela Divisão de Educação e Juventude da Câmara Municipal de Loulé, sendo as despesas inerentes ao transporte da inteira responsabilidade do fornecedor, sem que tal represente qualquer custo adicional para a entidade pública contratante.

2- As quantidades indicadas constituem uma previsão pelo que se procederá à devolução do excedente de manuais, estes serão devolvidos ao fornecedor, ficando o transporte e/ou portes por conta deste último, não tendo o Município de Loulé outra obrigação que não a de pagar os manuais com que efetivamente ficar.

3- O prazo de entrega dos artigos requeridos deverá ocorrer num prazo máximo de 10 dias após a assinatura do contrato.

4- Caso ocorra a necessidade de troca de manuais, esta deverá ocorrer dentro do mesmo lote e respeitando o preço base.

5- Para todos os artigos indicados, deverá ser sempre considerada a versão mais recente.

6- Deverão considerar-se como sinónimas as expressões “caderno de atividades”, “fichas de trabalho” ou “livro de fichas”. Em caso em que esta indicação não conste, tratar-se-á sempre e apenas do Manual.

ARTIGO 5º**CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DO BEM**


1- O fornecedor obriga-se a entregar à Entidade Adjudicante o bem objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

2- O bem objeto do contrato deve ser entregue em perfeitas condições de ser utilizado para o fim a que se destina.

3- É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

4- O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância do bem objeto do contrato que exista no momento em que o bem lhe é entregue.

ARTIGO 6º

ACEITAÇÃO

1- Caso os testes comprovem a total operacionalidade do bem objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e não existam defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve proceder à aceitação do bem, mediante a emissão de um auto de recepção, assinado pelo representante do fornecedor e da Entidade Adjudicante.

2- Com a assinatura do auto de receção, ocorre a transferência da posse e da propriedade daquele para o contraente público, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o fornecedor.

ARTIGO 7º

GARANTIA

1- Caso se verifique, aquando da entrega, que os bens entregues não correspondem às características que lhe são atribuídas pelo adjudicatário na sua proposta, este é responsável pela sua substituição, em tempo útil, e pelos encargos inerentes a essa substituição.

ARTIGO 8º

SIGILO

O adjudicatário garantirá o sigilo quanto a informações que os seus técnicos venham a ter conhecimento relacionadas com a atividade da entidade adjudicante.

ARTIGO 9º


PREÇO CONTRATUAL

1- Pelo fornecimento do bem objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Entidade Adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2- O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, nomeadamente os relativos ao transporte do bem objeto do contrato para o respetivo local de entrega, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

ARTIGO 10º

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1- A quantia devida pela Entidade Adjudicante deve ser paga no prazo de 30 dias após a receção da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva.

2- Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

ARTIGO 11º

PENALIDADES CONTRATUAIS

1- Se o fornecedor não cumprir o prazo de entrega estabelecido, ou o que venha a ser acordado, acrescido das prorrogações legais ou graciosas que venham a ter lugar, ser-lhe-á aplicada uma pena pecuniária calculada sobre o valor da adjudicação, de montante a fixar nos seguintes termos:

- a) + 2% (dois por cento) até ao quinto dia de atraso;
- b) + 4% (quatro por cento) do sexto ao décimo dia de atraso;
- c) + 6% (seis por cento) do décimo primeiro ao décimo quinto dia de atraso;
- d) + 8% (oito por cento) por cada dia de atraso, a partir do décimo quinto dia de atraso em diante, até ao limite de 36% (trinta e seis por cento).

2 - Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, o contraente público pode exigir-lhe uma pena pecuniária de 20% do preço contratual.

3 - Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do ponto 1, relativamente ao bem objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.

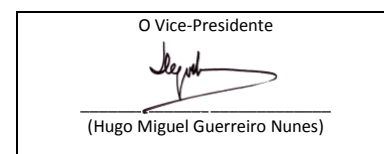
4 - Na determinação da gravidade do incumprimento, o contraente público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

5 - As penas pecuniárias previstas no presente artigo não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

6- Para efeitos da aplicação das penalidades previstas, considera-se que o prazo de entrega do bem se encontra cumprido na data do fornecimento, desde que se encontre em condições de ser recebido.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento



ARTIGO 12º

FORÇA MAIOR

1- Não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2- Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3- Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4- A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5- A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

ARTIGO 13º

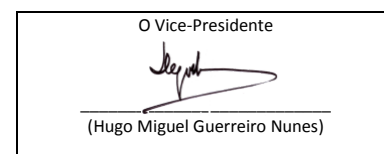
RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Quando se verifiquem incumprimentos, ou seja atraso na entrega superior a 30 dias seguidos.
- b) Quando se verificar que o objeto do contrato não corresponde às características e especificações que lhe são atribuídas na proposta e restante documentação apresentada pelo adjudicatário.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento



2- O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

ARTIGO 14º

RESOLUÇÃO POR PARTE DO FORNECEDOR

1 — Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato quando:

a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de seis meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros.

2- Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Entidade Adjudicante que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

3- A resolução do contrato nos termos do número anterior não determina a repetição das prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 15º

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 16º

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1- Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2- Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

ARTIGO 17º

PREÇO BASE

1- O preço base para cada um dos lotes do procedimento é apresentado na tabela abaixo.

O Vice-Presidente



(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

2- O preço base corresponde ao preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do concurso.

3- Considera-se que o preço da proposta, para cada um dos lotes, é anormalmente baixo quando este for igual ou inferior ao indicado na tabela abaixo.

DESCRIÇÃO	PREÇO BASE	PREÇO ANORMALMENTE BAIXO
Lote 1	€ 10.539,14	€ 5.269,57
Lote 2	€ 108.619,56	€ 54.309,78
Lote 3	€ 73.710,51	€ 36.855,255

ARTIGO 18º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato tem natureza administrativa e é regulado pela legislação portuguesa.



CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

O Vice-Presidente

(Hugo Miguel Guerreiro Nunes)

PARTE II- CLÁUSULAS TÉCNICAS

1. ÂMBITO DO CONCURSO

Contratação da aquisição manuais escolares para o ano letivo 2017/2018.

Proceder-se-á à adjudicação por lote, pelo que é permitida a apresentação de propostas por lote, conforme se indica:

- a) Lote 1
- b) Lote 2
- c) Lote 3

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO LOTE 1

2.1- Descrição e quantidade do material pretendido:

LOTE 1	EDITORA	QUANTIDADE
Projeto Desafios Estudo do Meio 4º ano (Caderno de Atividades)	Santillana	236
Projeto Desafios Matemática 4º ano (Caderno de Atividades)	Santillana	109
Projeto Desafios Português 4º ano (Caderno de Atividades)	Santillana	210
Terra Viva (Ciências Naturais), 5º Ano, (Manual)	Santillana	239
Terra Viva (Ciências Naturais), 5º Ano, (Caderno de atividades)	Santillana	239

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO LOTE 2

3.1- Descrição e quantidade do material pretendido:

LOTE 2	EDITORA	QUANTIDADE
Alfa 3- Matemática- 3.º Ano - (Caderno de Atividades)	Porto Editora	148
Alfa 3 - Estudo do Meio - 3.º Ano - (Caderno de Atividades)	Porto Editora	388
Alfa 3- Português - 3.º Ano - (Caderno de Atividades)	Porto Editora	388
Let's Rock! 3 - Inglês - 3º Ano - (caderno de atividades)	Porto Editora	148
Let's Rock! 4 - Inglês - 4º Ano - (caderno de atividades)	Porto Editora	148




CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

Alfa 4 - Português - 4.º Ano - (Caderno de Atividades)	Porto Editora	126
Livro Aberto (Português), 5º ano- (Bloco Pedagógico)	Porto Editora	697
HGP em Ação 5 - História e Geografia de Portugal, 5º Ano- (Bloco Pedagógico)	Porto Editora	293
Cientic 5 - Ciências Naturais, 5º Ano- (Bloco Pedagógico)	Porto Editora	425
Terra à Vista - Ciências Naturais - 5º ano- (Bloco Pedagógico)	Porto Editora	146
Tecnologia para Todos - Educação Tecnológica 5º/ 6º anos – (Bloco Pedagógico)	Porto Editora	160
Máximo - Matemática - 5.º Ano – (Bloco Pedagógico)	Porto Editora	215
way to go 6 - inglês - 6º ano – (Bloco Pedagógico)	Porto Editora	160
Up! 6 (Inglês), 6º ano- (Bloco Pedagógico)	Porto Editora	147
ImaginarTE 5/6 - Educação Visual – (Bloco Pedagógico)	Porto Editora	160
Manual de Educação Visual, 5º/6º anos (Manual)	Porto Editora	361
Pasta Mágica - Matemática - 3.º Ano - (Caderno de Atividades)	Areal Editores	240
Pasta Mágica - Matemática - 4.º Ano - (Caderno de Atividades)	Areal Editores	516
Novo MSI 5 - Matemática, 5º ano- (Bloco Pedagógico)	Areal Editores	116
Stars 3 - Inglês, 3º ano (Caderno de Atividades)	Areal Editores	206
Tween 6 - Inglês- 6º ano – (Bloco Pedagógico)	Areal Editores	555
100% Matemática - 5º ano – (Bloco pedagógico)	Areal Editores	146
ET 5/6 - Educação Tecnológica, 5º/6º anos (Manual)	Areal Editores	215
Segredos dos Números 3 - Matemática - 3.º Ano - (Caderno de Atividades)	Raiz Editora / Lisboa Editora	48
Era Uma Vez 5 (História e Geografia de Portugal), 5º ano, (Manual + Caderno de atividades)	Raiz Editora / Lisboa Editora	341
Educação Tecnológica 5/6 (Manual)	Raiz Editora / Lisboa Editora	101
Educação Visual 5/6 (Manual)	Raiz Editora / Lisboa Editora	101

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO LOTE 3

4.1- Descrição e quantidade do material pretendido:

LOTE 3	EDITORA	QUANTIDADE
Plim! Estudo do Meio 1º ano (caderno de atividades)	Texto	327
Plim! Matemática 1º ano (caderno de atividades)	Texto	327
Plim! Português 1º ano (caderno de atividades)	Texto	327




CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
Divisão de Gestão de Património Municipal e Aprovisionamento

Novo MAT 5 (Matemática), 5º ano (Manual+caderno de atividades)	Texto	337
Novo HGP 5 - História e Geografia de Portugal - 5º ano (Manual + caderno de atividades)	Texto	146
Saber Ver - Educação Visual, 5º/6º Anos (Manual)	Texto	240
Saber fazer - Educação Tecnológica, 5º/6º anos (Manual)	Texto	147
100% Música (Educação Musical), 5º ano (Manual)	Texto	809
Fair-Play (Educação Física), 5º/6º anos (Manual)	Texto	454
Os Fantásticos - Estudo do Meio, 1º ano, (caderno de atividades)	Edições Gailivro	149
Os Fantásticos - Matemática, 1º ano, (caderno de atividades)	Edições Gailivro	149
Os Fantásticos - Português, 1º ano, (caderno de atividades)	Edições Gailivro	149
Estudo do Meio 4 (Caderno Atividades)	Edições Gailivro	393
Língua Portuguesa 4 (Caderno Atividades)	Edições Gailivro	268
O Mundo da Carochinha Estudo do Meio 3 (Caderno de atividades)	Edições Gailivro	453
O Mundo da Carochinha LP 3 (Caderno de atividades)	Edições Gailivro	453
O Mundo da Carochinha Mat 3 (Caderno de atividades)	Edições Gailivro	247
O Mundo da Carochinha Mat 4 (Caderno de atividades)	Edições Gailivro	175
Start! - Inglês, 3º Ano (Caderno de atividades)	Edições Gailivro	373
Start! - Inglês, 4º Ano (Caderno de atividades)	Edições Gailivro	339
Palavra Puxa Palavra - Português 5º ano (Manual +caderno de atividades)	Asa Editores	113